

## ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

# Por ordem de Lula, GSI exonera 29 servidores

Ministro interino, Ricardo Cappelli faz série de dispensas no Gabinete de Segurança Institucional. Entre os demitidos, estão três dos quatro secretários nacionais

» ANDREA MALCHER  
» INGRID SOARES

O ministro interino do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Ricardo Cappelli, exonou, ontem, 29 servidores, incluindo três dos quatro secretários nacionais da pasta. “A medida faz parte do processo de renovação da pasta determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, disse ele, em nota.

Horas antes, o coronel da reserva do Exército Jorge Henrique Luz Fontes, que chefiava o gabinete da Secretaria Executiva do órgão, havia sido demitido, como detalhou o Diário Oficial da União (DOU). Luz Fontes estava na função desde o governo Jair Bolsonaro. Ricardo Nigri, a quem o militar era subordinado, foi dispensado na semana passada, também a pedido de Lula.

Juntam-se à lista o brigadeiro-do-ar Max Cintra Moreira, secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional; o general de brigada Marcius Cardoso Netto, secretário de Segurança e Coordenação Presidencial; o contra-almirante Marcelo da Silva Gomes, secretário de Coordenação de Sistemas; e o general de brigada Marcelo Goães Sabbá de Alencar, secretário-executivo adjunto.

A renovação da estrutura do GSI tem como objetivo retirar do quadro de funcionários resquícios do bolsonarismo. A determinação ganhou mais força após o pedido de demissão do general Gonçalves Dias, então ministro-chefe do GSI, que aparece em um vídeo circulando entre os terroristas que invadiram o Palácio do Planalto no 8 de janeiro.

Na segunda-feira, Cappelli afirmou que Lula pediu celeridade no processo de exonerações. “Há uma determinação do presidente para que a gente acelere a renovação dos quadros funcionais, o que é natural. Em paralelo, estamos reunindo informações sobre funções e atribuições do GSI para que o presidente possa tomar decisões sobre a manutenção da atual estrutura e eventuais mudanças, na sua volta ao Brasil”, disse, na ocasião, ele informou, também, que cerca de 35% dos servidores já tinham sido trocados desde o início do governo.

Felipe Oliveira/SSP-DF



Ricardo Cappelli tem a missão de acelerar o movimento de “desbolsonarização” do GSI

## Defesa de Torres: risco de morte

» PABLO GIOVANNI

A defesa do ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres apresentou, ontem, novo pedido para que o cliente tenha direito a prisão domiciliar. O ex-ministro da Justiça está preso desde 14 de janeiro, por suposta omissão dolosa nos atos golpistas de 8 de janeiro, na Praça dos Três Poderes.

Conforme sustentam os representantes de Torres no habeas corpus, enviado ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), há “imperiosa necessidade de preservação da vida, com a resposta urgente que a excepcionalidade do caso exige”.

Os advogados anexaram um laudo psiquiátrico, emitido por um profissional da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). O exame, revelado pela colunista do **Correio** Ana Maria Campos, aponta que Torres está extremamente deprimido, emagrecido mais de 10kg e tem tomada de medicação forte para se manter equilibrado.

O parecer aponta, inclusive, risco de suicídio, segundo integrantes da defesa do ex-ministro.

Nesse período, Torres tem recebido a visita apenas da esposa e dos advogados. Na terça-feira, por sinal, Moraes rejeitou um pedido de visita ao ex-secretário, feito pelo deputado bolsonarista Capitão Augusto (PL-SP). O ex-secretário também disse à defesa não querer receber políticos. Ele está detido no 4º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Guarã.

### Eleições

Além da suspeita de omissão nos atos terroristas, Torres é alvo de investigação da Polícia Federal por suposta ação para impedir eleitores nordestinos de comparecerem às urnas no segundo turno das eleições de outubro.

Torres tinha depoimento marcado na PF, na última segunda-feira, para esclarecer o caso, mas a defesa pediu o adiamento da oitiva sob a alegação de frágil estado de saúde do ex-secretário. Uma nova data ainda não foi definida.



**Os efeitos deletérios da custódia cautelar podem levar o paciente (Torres) a ceifar a própria vida. E caso isso não ocorra, a única certeza que se tem é que seu estado mental tenderá a piorar, porquanto a única alternativa terapêutica para sua convalescença, segundo a médica da Secretaria de Saúde do DF, reside na sua internação domiciliar”**

Trecho do pedido da defesa

## Julgamentos em ritmo acelerado no STF

» LUANA PATRIOLINO  
» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para quarta-feira o julgamento de mais uma remessa de denúncias apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro — que resultaram na invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes.

Serão analisadas mais 250 denúncias: 200 no inquérito que apura incitadores e autores intelectuais dos ataques e 50 na ação sobre os executores.

Com isso, ao fim dos três lotes, o STF já terá analisado 550 acusações contra os investigados. Assim como os outros conjuntos de denúncias, o julgamento ocorrerá no plenário virtual — sistema em que os magistrados depositam os votos sem necessidade de sessão presencial. Nesse novo grupo, terão até 8 de maio para se posicionarem.

O julgamento da segunda remessa ainda está em andamento. Ontem, o ministro Dias Toffoli acompanhou o relator, Alexandre de Moraes, e votou pela abertura de ação penal contra 200 acusados. Essa sessão, aberta na terça-feira, prosseguirá até o dia 2.

Carlos Moura/SCO/STF



Toffoli votou para receber a segunda viral de denúncias feitas pela PGR

Ainda faltam os votos de oito magistrados — a Corte está com 10 integrantes desde a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski, cujo substituto ainda não foi indicado.

Ao todo, a PGR denunciou 1.390 pessoas, sendo que, até agora, 100 já se tomaram réus, com abertura de processo penal pela acusação de envolvimento nos atentados.

No julgamento dessa primeira leva de golpistas, em 18 de abril, o STF decidiu, por oito votos a dois, receber as denúncias da PGR. Apenas os ministros Kássio Nunes Marques e André Mendonça — indicados ao cargo pelo então presidente Jair Bolsonaro — divergiram de Moraes e votaram para que as denúncias fossem

judgadas pela Justiça Federal do Distrito Federal.

A PGR afirma que os grupos que atacaram as sedes dos Três Poderes se dividem entre executores, que de fato invadiram e depredaram os prédios, e os incitadores, que atuaram para que os ataques ocorressem.

As investigações sobre o caso continuam na Polícia Federal e no âmbito da PGR, deixando em aberto a possibilidade de que outras pessoas, inclusive autoridades e militares envolvidos no caso, sejam denunciadas.

A manifestação da PGR, enviada ao Supremo, é pela condenação dos réus por diversos crimes, como associação criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e dano qualificado, com emprego de violência, uso de material inflamável e deterioração do patrimônio tombado.

A maior parte dos julgados respondem em liberdade pelos crimes, mas, se condenados, podem ser presos novamente. O Supremo afirmou que os casos estão sendo analisados individualmente. Porém, devido à quantidade de pessoas, o voto do ministro relator segue o mesmo padrão em todas as ações.

### NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



## CPMI do 8 de janeiro mobiliza governo e Bolsonaro

O depoimento de ontem do ex-presidente Jair Bolsonaro à Polícia Federal sobre uma postagem no Facebook, na qual questionava a lisura das eleições, mostra que o ex-chefe do Executivo piscou ao ser intimado a depor no inquérito que investiga os responsáveis pela ocupação do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Sua superexposição será inevitável durante o funcionamento da CPMI do 8 de janeiro, que foi oficializada ontem pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ao depor, Bolsonaro disse que publicou o comentário por engano, ao repassar para uma rede social um vídeo que questionava a lisura das urnas eletrônicas. Alegou que estaria sob efeito de medicamentos quando fez a postagem, por ter sido hospitalizado. “Esse vídeo foi postado na página do presidente do Facebook quando ele tentava transmiti-lo para o seu arquivo de WhatsApp para assisti-lo posteriormente”, disse o advogado Paulo Cunha Bueno, na saída da sede da Polícia Federal. Entre 8 e 10 de janeiro, Bolsonaro esteve hospitalizado em Orlando, em razão de uma obstrução intestinal, sendo submetido a tratamento com morfina. Ou seja, estava involuntariamente drogado.

Bolsonaro teme seu indiciamento no inquérito da Polícia Federal que investiga a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, sob jurisdição do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o que poderia resultar numa condenação e inelegibilidade. Bolsonaro, segundo disse o advogado, estaria à disposição da CPMI para depor sobre o 8 de janeiro. Dependendo da composição da comissão, porém, sua situação pode ficar ainda mais enrolada, embora seja um palco de volta à cena política e recuperação plena da sua liderança na oposição ao governo Lula.

No Congresso, movimentam-se o governo, acusado pelos bolsonaristas de ter facilitado a invasão dos Três Poderes, e a oposição, para ocupar posições estratégicas na CPMI e fazer muito barulho. Uma disputa entre o senador Renan Calheiros (MDB-AL) e o presidente Câmara, Arthur Lira (PP-AL), complica a vida do governo. Governista de primeira hora, Renan quer ser o relator da CPMI, mas isso descontenta Lira, de cujo apoio Lula depende para aprovar qualquer matéria no parlamento.

Ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro, o presidente do PP, Ciro Nogueira, tem preferência pelo líder da sua bancada na Câmara, André Fufuca (MA). Está afinado com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, na articulação do bloco de oposição ao governo no Congresso. Lira manteve sua hegemonia no Centrão com o superbloco que formou na Câmara, mas sua liderança no PP é compartilhada com Ciro. Eduardo Bolsonaro, na prática, lidera a ruidosa bancada do PL.

### Disputa de espaços

O governo deve indicar 11 dos 16 senadores, entre os quais o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Rede-AP); Omar Aziz (PSD-AM); Humberto Costa (PT-PE); e Renan Calheiros, que pontificaram na CPI da Covid. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), passa um dobrado para conseguir a indicação dos deputados governistas, porque quem garante maioria para o Executivo alcançar seus objetivos é Lira. Sem apoio do presidente da Câmara, o governo se fragilizaria, embora pretenda escalar deputados bons de briga, como Lindbergh Farias (PT-RJ), Rogério Correia (PT-MG), André Janones (Avante-MG) e Aliel Machado (PV-PR).

Bolsonaro tem uma tropa de choque pronta para defendê-lo na CPMI: os deputados Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG), Delegado Alexandre Ramagem (PL-RJ) e André Fernandes (PL-CE), e os senadores Magno Malta (PL-ES), Jorge Seif (PL-SC) e Rogério Marinho (PL-RN). O líder da oposição na Câmara, Carlos Jordy (PL-RJ), em publicação nas redes, antecipou a linha de atuação dos bolsonaristas: “Lula, Flávio Dino (ministro da Justiça) e G. Dias (Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional) tentaram se eximir de qualquer culpa pelo 8 de janeiro, mas a proteção dos órgãos federais era da competência deles, e se omitiram e contribuíram para que a tragédia ocorresse. Agora, as câmeras não deixam dúvida. Foram os mentores intelectuais”.

A comissão terá seis meses de duração, ou seja, deve funcionar até outubro. Como a questão democrática ocupa a centralidade da disputa política, a CPMI deve roubar a cena em muitos momentos do Congresso. Ou seja, ofuscará a discussão de medidas muito importantes, como a regulamentação das big techs, conhecida como PL das Fake News; a aprovação do novo “arcabouço fiscal”, cujo ponto fraco é o aumento de arrecadação; e a reforma tributária, grande aposta do governo para a retomada do crescimento de forma sustentável.

O governo quer ocupar 21 das 32 cadeiras do CPMI, sendo 11 no Senado Federal e 10 na Câmara dos Deputados. Para identificar os autores intelectuais dos ataques golpistas e responsabilizar Bolsonaro; apontar omissões de agentes públicos durante a movimentação de pessoas para o acampamento em frente ao QG do Exército e depois para a Praça dos Três Poderes; alcançar os financiadores dos atos golpistas e os responsáveis pela logística do acampamento e pelo transporte de bolsonaristas para Brasília; individualizar a conduta dos envolvidos na depredação dos palácios. Para isso, conta com o apoio do presidente da CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Chico Vigilante (PT), que já tem muita informação sobre mandantes e financiadores.